Apresentação

Neste ano de 1996, passa no Congresso a lei das cotas, de iniciativa da deputada Marta Suplicy, com o apoio de toda a bancada feminina da Câmara dos Deputados (34 mulheres) e do Senado (seis mulheres). Fato inédito, pois até então apenas em um partido político (PT) e em uma central sindical (CUT) as mulheres haviam conseguido implementar uma participação feminina obrigatória mínima de 30% nas instâncias deliberativas.

A discussão sobre a quase ausência das mulheres no poder não é propriamente nova no feminismo, mas ganha destaque, nestes anos 90, internacionalmente, em meio a uma forte polarização. Na França, foi recém-lançado o Manifesto pela Paridade, reunindo as poucas mulheres que chegaram, pela sua militância política nos partidos e nas esferas de poder, ao exercício de funções ministeriais e próximas a isso. Elas concordam que não há boa vontade para incluir nomes femininos nas listas eleitorais, nem na formação dos postos executivos dos governos nos seus escalões superiores. Mulheres competentes não faltam. Falta mesmo espaço!

Mas tal constatação está longe de trazer soluções unânimes como a opção por reservas de mercado para assegurar a presença das mulheres, muito em voga nos países europeus, em particular nas democracias nórdicas. As feministas francesas, por exemplo, têm contestado na sua maioria esse caminho aparentemente mais fácil, mas arriscado no que diz respeito à representação política. Para esclarecer o debate e pontuar cada um dos seus inúmeros tópicos, a REF incluiu neste número, fora do espaço do dossiê, o excelente artigo de Eleni Varikas.

Trouxemos também outra colaboração internacional, a do sociólogo americano, da Universidade da Califórnia Los Angeles (UCLA), Eddie Telles, que nos conta as mudanças que estão ocorrendo na condução das políticas de ação

afirmativa nos Estados Unidos, no que diz respeito ao acesso das minorias sexuais e étnico-raciais às universidades americanas. O questionamento às medidas coercitivas de discriminação positiva, bem sucedidas nos últimos 30 anos na integração da população negra à economia e à sociedade americanas, neste caso não vem pelo lado dos movimentos sociais ou da opinião pública, mas pelo avanço das posições neo-liberais sobre as políticas sociais compensatórias.

No Brasil, o debate ganha vários rumos e suscita muita controvérsia, embora esteja apenas iniciando. Nas suas duas frentes - participação política e participação no mercado de trabalho e no ensino superior -, existem clivagens mas não fossos ideológicos, o que significa dizer que as cartas estão na mesa e o jogo apenas começa.

O Seminário **Ações Afirmativas: estratégia anti-discriminatória?**, realizado no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA-DIPES), nos dias 3 e 4 de junho, também com o apoio da Fundação Friedrich Ebert, do Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos (CIEC-UFRJ), do Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos E.U.A. - USIS, e da própria REF, evidenciou tal fato. As ações afirmativas compõem um espectro amplo e bastante diversificado de políticas, programas, público-alvo, tão vasto como os inúmeros viezes da discriminação e das desigualdades. E o entendimento sobre o que são ou devem ser não é simples, nem tampouco imediato.

Os artigos de Marta Suplicy, Maria Berenice Delgado e Tatau Godinho abordam a questão das cotas na participação política, seja no Congresso, nos sindicatos, nos partidos. Por sua vez, Paola Cappellin, Lena Lavinas e Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça voltam-se para uma reflexão sobre a oportunidade e a pertinência de medidas discriminatórias no mercado de trabalho, considerando sexo e raça. Finalmente, Marcia Contins e Luiz Carlos Sant'Ana, Ilana Strozenberg, Sérgio da Silva Martins e Eddie Telles discutem como considerar mecanismos de discriminação positiva no combate ao racismo.

A Revista *Estudos Feministas* tem imenso prazer em publicar neste número este conjunto de artigos apresentados e debatidos no seminário, contribuindo, mais uma vez, para disseminar idéias cujo compromisso é enterrar todo e qualquer preconceito. Inclusive o preconceito de que polêmica não é lá muito bom!

Lena Lavinas